

Os ofícios mecânicos e a encomenda arquitectónica patrocinada pela câmara de Ponte de Lima no século XVIII

MARIA AMÉLIA DA SILVA PAIVA¹

Resumo

A pesquisa documental desenvolvida no Arquivo Municipal de Ponte de Lima no âmbito da tese de doutoramento sobre o tema “A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima na Época Moderna” permitiu identificar documentação inédita que esclarece sobre a organização e o funcionamento dos ofícios mecânicos no concelho. Procurou-se ainda cruzar os elementos pertinentes relativos à actividade institucional dos pedreiros, carpinteiros e ferreiros activos no concelho durante o século XVIII e a encomenda de arquitectura patrocinada pela câmara no mesmo período.

Abstract

A documental search in the Archives of Ponte de Lima led to novel findings concerning the various mechanical crafts in the 18th century, especially those involved in the architectonic activities: masons, carpenters, blacksmiths. In addition, it became possible to identify the architectonic commissions under the patronage of the municipality.

1. INTRODUÇÃO

Quando iniciámos a pesquisa documental no Arquivo Municipal de Ponte de Lima no âmbito da tese de doutoramento sobre o tema da casa nobre no concelho de Ponte de Lima no século XVIII, procurámos na documentação disponível

¹Mestre em História da Arte em Portugal pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutoranda em História da Arte em Portugal do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação científica do Professor Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves e da Professora Doutora Lúcia Rosas. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

elementos pertinentes para a identificação dos encomendadores das diferentes casas nobres, dos distintos projectos arquitectónicos e dos seus respectivos autores e artífices. Assim, consultámos os Livros de Actas da Câmara Municipal e os Livros de Registo Geral, alguns dos quais são também conhecidos pelo nome de *Livros das Correias*; bem como os Livros de Lançamento da Décima e do Lançamento das Verbas das Sisas. A consulta e o estudo crítico destes núcleos documentais não permitiram identificar quaisquer contratos que revelassem os protagonistas da encomenda arquitectónica privada. Facto que, aliás, não nos surpreendeu, e que confirma o que outros investigadores já tinham avançado. A facilidade de construir livremente em terra própria sem necessidade de requerer licenças a entidades públicas, e a falta de plantas e desenhos de arquitectura, tornam o estudo da arquitectura civil assaz difícil. A nossa dificuldade em encontrar contratos de obra e fontes iconográficas para o estudo da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima não é, infelizmente, caso isolado; outros autores têm denunciado o mesmo problema para outros concelhos. Pensamos, aliás, que essa carência aumenta nos concelhos rurais, possivelmente devido a um controlo menos rigoroso, no passado, por partes das entidades públicas.

No entanto, o estudo das fontes acima referidas mostrou-se particularmente interessante porque revela documentação inédita que esclarece sobre a vida corporativa do concelho de Ponte de Lima. Foi ainda possível identificar através dos autos de vereação, registados nos Livros de Actas, as obras promovidas pelo senado da câmara, tornando-se evidente a diferença entre a encomenda pública e a privada. Para o caso da encomenda pública, é por vezes possível identificar um conjunto de informações importantes, nomeadamente o mestre designado, o custo da obra, as datas de adjudicação, os materiais empregues, etc.

Assim, neste artigo procurámos cruzar os elementos pertinentes relativos à actividade institucional dos pedreiros, carpinteiros e ferreiros activos no concelho durante o século XVIII e a encomenda de arquitectura patrocinada pela câmara no mesmo período.

2. ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA ACTIVIDADE DOS PEDREIROS, CARPINTEIROS E FERREIROS EM PONTE DE LIMA NO SÉCULO XVIII

A consulta dos Livros de Actas² e dos Livros de Registo Geral³ do Arquivo Municipal de Ponte de Lima permite-nos inferir dados preciosos para o estudo dos

²Os Livros de Actas do Arquivo Municipal de Ponte de Lima para o período em estudo são vinte e quatro. Apesar de termos consultado toda a documentação, para a realização deste artigo foram seleccionados documentos em oito volumes. Os livros de actas são constituídos por diferentes tipos de documentos: termos de vereação, traslados de ordens régias, nomeações de cargos militares, termos de desistência de actividade profissional, termos de nomeação e juramento dos juizes das diferentes corporações, termos de nomeação de funcionários da câmara, autorização de venda de produtos, etc.; referem ainda as obras patrocinadas pela câmara. A leitura das actas de vereação permite reconstituir a vida no concelho com bastante rigor.

³Os Livros de Registo Geral do Arquivo Municipal de Ponte de Lima para igual período são trinta e

ofícios mecânicos no concelho⁴. Por razões óbvias concentrámo-nos nos profissionais que estão directamente relacionados com a prática arquitectónica: os pedreiros, carpinteiros e ferreiros. Afinal são estes os principais construtores do concelho⁵.

Cada ofício tinha um regimento representado por um ou mais juízes⁶, que eram eleitos pelos seus pares e nomeados para prestar juramento na câmara: *“Aos dezoito dias do mes de Maio de mil setecentos e sasenta nesta vila de Ponte de Lima e casas da minha morada aonde foi vindo Pedro Cerqueira nomeado para juiz do seu ofício de pedreiro em virtude da comissão a mim dada lbe deferi o juramento dos santos evangelhos em forma devida subcargo do coal lbe encarreguei fizece em tudo sua obrigação o que prometeo fazer e asinou António Brandão de Barbosa Magalhães Lyra escrivão da camara que o escrevi.”*⁷ Estes ocupavam o cargo, em regra, durante três anos: *“Nesta apareceo João Leite juiz do oficio de pedreiro morador nesta villa e dice que servio o dito oficio a mais de três annos como consta nos livros deste senado e que assim requeria o ouvecem por aliviado da dita ocupação e se nomeiace outro para servir o dito cargo visto ser justo seu requerimento se ouve por aliviado do cargo de juiz de pedreiros e se nomeias em seu lugar para cervir a mesma ocupação estes tres anos vindouros de mil setecentos setenta e oito setenta e nove e oitenta a António da Fonte por alcunha o maqueiro assistente no lanco de Barreiros deste termo freguesia de Correlhão e se mandou a mim escrivão a avisalo para vir tomar juramento com pena de prisão.”*⁸ Contudo, encontrou-se documentação comprovativa de que este prazo era por vezes largamente excedido: *“Nesta apareceo Manuel Velbo de Barros desta villa juiz que tem sido do oficio de carpinteiro aperto de trinta annos athe o presente e dice queria se nomeace outro em seu lugar...”*⁹

um; para a elaboração deste estudo foram seleccionados documentos em nove volumes. Os Livros de Registo Geral integram registos de actividade profissional, de provisão e confirmação de privilégios, de ordens régias, entre muitos outros.

⁴ A documentação trabalhada dá ainda informações sobre outras actividades, nomeadamente as de alfaiate, sapateiro, cirurgião, moleiro, carreteiro, tecedeira, parteira, etc. É curioso salientar que as actividades profissionais estavam organizadas segundo o género.

⁵ Para além de construtores do concelho, temos consciência que muitos também trabalharam fora. Sabemos, por exemplo, que alguns pedreiros e carpinteiros de Ponte de Lima trabalharam na cidade do Porto, nomeadamente no Quartel do Segundo Regimento de Infantaria e na Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas. Cf. RIBEIRO, Lília Paula Teixeira - *Edifícios Públicos Portugueses no Desfecho do Século XVIII: Quartel do Segundo Regimento de Infantaria e na Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas*. Porto: [s.n.], 2004. 2 vol. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada). Sabemos ainda que muitos foram chamados por ordem de D. João V para trabalhar nas reais obras de Mafra. Cf. A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: CALHEIROS, Nicolau Barbosa, 14/1/1728-25/6/1772, fl. 237-238 v, (cota 2.1.3 cx7-1).

⁶ A documentação permitiu identificar alguns dos juízes dos ofícios de pedreiro, carpinteiro e ferreiro, cuja relação se apresenta no quadro nº 1 em anexo.

⁷ Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: MALHEIRO, António Luís Pereira de ???/1759-27/1/1766, fls. 69, (cota 2.3.1.cx 2.2).

⁸ Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: BERNARDES, António Lopes, 3/8/1774-8/1/1781, fls 151v-152, (cota 2.3.1.cx4-1).

⁹ Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: ?, 22/10/1768-30/12/1771, fls. 117v, (cota 2.3.1.cx3-3).

Os juizes eram certamente profissionais experientes já que uma das suas principais missões era examinar os candidatos no âmbito da actividade profissional que representavam. No caso do exame ser satisfatório, competia-lhes passar uma carta de exame que provava a competência do profissional habilitando-o ao exercício pleno da sua actividade. Para finalizar o processo de legitimação, os candidatos tinham que apresentar as suas cartas de exame na câmara, onde estas eram devidamente registadas pelo escrivão de serviço. A inscrição na câmara era obrigatória, e quem exercesse actividade sem ser examinado era punido. Assim, é frequente encontrar referência à condenação dos oficiais que exerciam a sua profissão sem cartas de exame, estimulando os artífices a regularizar a sua situação perante as entidades públicas: “*Nesta ouveram por condenados a todos os officiais que eizercitam os officios nesta vila e termo sem carta de eizame*”¹⁰. Também no caso de renúncia da actividade era obrigatório dar conhecimento à câmara, sendo registados em acta os termos de desistência profissional: “*Aos vinte e coatro dias do mes de Julbo de 1756 nesta villa de Ponte de Lima e casas da minha morada abi perante mim apareceo Thomas Francisco da freguesia de São João da Ribeira com huma petição despachada pello Doutor Juiz de Fora em que dizia não queria uzar mais o officio de pedreiro senão e para sua casa e que usando o para fora se sojeitava às penas da lei cujo termo aqui lhe tomei que elle assignou Felix Pereira da Fonseca escrivão da camara que o escrevi.*”¹¹ A desistência profissional acontecia quando a actividade deixava de ser conveniente, e nalguns casos, raros, a justificação era a idade avançada. Com efeito, o exercício da actividade profissional implicava o pagamento de uma contribuição, como se depreende da leitura da acta de vereação de 13 de Maio de 1758: “*Nesta se mandou proceder contra os misteres para pagarem a contribuição respectiva a cada hum dos officios dos annos arastados e que para isso pacasse e nas ordens necessarias.*”¹²

Assim, o acervo documental consultado revela que os ofícios tinham mecanismos normativos próprios, sendo no entanto igualmente regulamentados pela câmara. Os juizes dos ofícios controlavam a actividade profissional do ponto de vista técnico, garantindo a qualidade e a competência no exercício dos serviços. A carta de exame¹³ legitimava o profissional, permitindo-lhe ainda a abertura de um negócio e a contratação de outros trabalhadores: “*Dis João Alves da Silva da freguesia de Sam Miguel do Barrio deste termo que ele suplicante esta exercendo o officio de pedreiro no qual se quer examinar pelo juiz do officio para se lhe pasar sua carta de eixame na forma dos accordos pede assim seja servido mandar que*

¹⁰ Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: OLIVEIRA, Manuel Paes Gomes de, 20/6/1749-26/5/1751, fls. 127, (cota 2.3.1.cx1-2).

¹¹ Termo de desistência da actividade de pedreiro datado de 24 Julho de 1756. Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco de Atouguia Bettencourt de, 23/12/1753-29/12/1759, fls. 124v-125, (cota 2.3.1. cx 2-1).

¹² Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco de Atouguia Bettencourt de, 23/12/1753-29/12/1759, fls. 228, (cota 2.3.1.cx 2-1).

o juiz do officio o examine e achando o suplicante capas lhe passe certidam e com ela o escrevam da camara lhe passe sua carta de exame e vossa merce despacho. O juiz do officio satisfaca ao que o suplicante requer. Machado. Certifico eu Mateus Fernandes Franco da freguesia de Santa Comba do termo de Ponte de Lima juiz do officio de pedreiro que pelo juramento que tomei achei capas a João Alves da Silva do lugar e freguesia do Barrio do mesmo termo de Ponte de Lima digo o achei capas de puder uzar o officio de pedreiro e abrir seu portal e trazer seus obreiros e tudo o mais pertencente a dita arte de aquitatura em toda a parte do risco das cinco ordens e por assim ser verdade lhe passei esta por minha mão propria e asinei boje 20 do mes de Marso de 1746 anos do juiz do officio Mateus Fernandes Franco Filgueiras.”¹⁴

A actividade de construção não era na maioria dos casos um acto solitário, pelo contrário, pressupunha interdisciplinaridade e a mais valia de uma equipa: *“Raramente um trabalho de pedraria era arrematado por um único mestre, ainda que se encontrem casos em que isso acontece. Arrematada a obra eram chamados para nela trabalharem os homens necessários”*.¹⁵

A vida corporativa de Ponte de Lima era certamente intensa, como se comprova pela quantidade de referências encontradas na documentação. Sabemos igualmente que as corporações dos diferentes ofícios participavam activamente na procissão do Corpo de Deus¹⁶. A primeira referência a esta procissão em Ponte de Lima aparece numa carta régia de D. João III datada de 17 de Fevereiro de 1537¹⁷. A procissão era constituída por um cortejo cívico e corporativo, com andores decorados transportando a imagem do santo padroeiro de cada corporação. Para além de ser uma festa religiosa, era também um grande evento social, tendo atingido um grande esplendor no reinado de D. João V, como se pode comprovar

¹³ Na nossa pesquisa, encontramos três cartas de exame completas, todas com um texto muito idêntico. A título de exemplo, apresentamos em apêndice (Documento nº 1) a transcrição integral de uma delas. A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: MACHADO, Francisco de Andrade, 25/3/1746-27/12/1753, fl. 2-2v, (cota 2.1.3 cx1-2).

¹⁴ Transcrição parcial da carta de exame de João Alves da Silva, datada de 20 de Março de 1746. Cf. A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: MACHADO, Francisco de Andrade, 25/3/1746-27/12/1753, fl. 2-2v, (cota 2.1.3 cx1-2).

¹⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros (séculos XVII-XVIII). *Separata da Revista da Faculdade de Letras II*. II série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras, 1992. p. 338.

¹⁶ Em Ponte de Lima a procissão era muito participada como se pode comprovar pela leitura do compromisso do juiz dos ferreiros datado de 20 de Maio de 1750. Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: OLIVEIRA, Manuel Paes Gomes de, 20/6/1749-26/5/1751, fls. 94v, (cota 2.3.1.cx1-2).

¹⁷ Sentença de desagravo, pela qual manda o rei D. João III que se conservem os usos e costumes da câmara de Ponte de Lima de comer mourisca, de correr touros e de dar almoço aos anjos e oficiais da câmara em honra das festas do Corpo de Deus. Faz referência ao facto de se correrem touros em quatro festas por ano: no Corpo de Deus, no S. João Baptista, na visitação da Santa e no dia do Anjo Custódio. Cf. A.M.P.T.L., Carta Régia de D. João III, 17 de Fevereiro de 1537 – Évora, (cota 2.6.3 cx9-47).

pela leitura da carta régia datada de 1747, na qual se referem verbas significativas atribuídas para a assistência à procissão¹⁸.

Esta realidade não era exclusiva de Ponte de Lima, sendo bem conhecida a intervenção das corporações no concelho de Lisboa já desde os finais do século XIV¹⁹. Com efeito, a partir deste período, a participação dos artífices torna-se decisiva, já que passam “ *a ser chamados na câmara para tratar de assuntos específicos das respectivas profissões, que por sua vez, eram também interesses da comunidade...* ”.²⁰

No estudo introdutório do livro *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Marcelo Caetano esclarece: “ *Cada profissão formava, no concelho, uma unidade orgânica regida por leis próprias aplicadas por autoridades também próprias sob a fiscalização e superintendência das autoridades municipais. As normas privativas da profissão referiam-se à técnica do seu exercício, à moral social e à disciplina interna do seu desempenho, ao exame dos candidatos a mestres, à instituição das autoridades e à discriminação dos seus deveres* ”.²¹

Logo, a documentação que encontrámos é duplamente significativa, porque permite conhecer o sistema corporativo e os seus principais intervenientes, bem como elucida sobre a estrutura administrativa, social e económica do concelho de Ponte de Lima no Antigo Regime. Tem ainda a vantagem de abranger praticamente todo o século XVIII²² sem grandes hiatos.

Para este estudo, e partindo da informação disponível, foi possível elaborar quadros sinópticos, que apresentamos em anexo, que revelam aspectos interessantes sobre as três profissões em estudo.

Começamos com os registos de início da actividade laboral²³. Como explicamos anteriormente, estes eram feitos na câmara, depois dos candidatos

¹⁸ Carta do rei D. João V enviada ao provedor da comarca de Viana pela qual manda que se leve em conta aos oficiais da câmara de Ponte de Lima os 6 mil réis de propinas que levam em cada ano os vereadores, o procurador do concelho, o juiz de fora, o corregedor e o provedor da comarca pela assistência à procissão do Corpus, como também os 4 mil réis ao assessor da câmara, as despesas das varas para os almotacés e os 20 mil réis de aposentadoria para casas do juiz de fora. Cf. A.M.P.T.L., Carta Régia de D. João V, de 9 de Dezembro de 1747 – Lisboa, (cota 2.6.3 cx8-37).

¹⁹ Em 1383, o Mestre de Avis, regedor e defensor do reino ordenava que vinte e quatro homens, dois de cada mester, participem do governo municipal da cidade: é assim constituída a “Casa dos Vinte e Quatro” Cf. LANGHANS, Franz-Paul de Oliveira – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*. Subsídios para a sua história com um estudo do professor Dr. Marcelo Caetano. 1º volume. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943. p. LIX-LXXXV.

²⁰ REIS, Lysie. Os “homens rudes e muito honrados dos mesteres”. *Revista da Faculdade de Letras do Departamento de Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 2005. I Série, vol. IV, pp. 236.

²¹ LANGHANS, Franz-Paul de Oliveira – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*. Subsídios para a sua história com um estudo do professor Dr. Marcelo Caetano. 1º volume. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943. p. XII.

²² A nossa pesquisa concentrou-se na documentação referente ao século XVIII; contudo, consultámos também alguns fólios datados do final do século XVII e outros do início do século XIX, por estes estarem inseridos nos livros setecentistas.

²³ Os registos de início de actividade e de desistência de cada profissão encontram-se compilados nos quadros sinópticos nº 2 a nº 6, que apresentamos em anexo

terem sido examinados pelo juiz do ofício, como esclarece um destes registos que transcrevemos: “Aos vinte e nove dias do mes de Setembro de mil setecentos dezoitto annos nesta villa de Ponte de Lima e casas de mim escrivão da Camara apareceu Domingos Velho oficial da arte de pedreiro morador na freguesia de Santa Comba termo desta villa e por elle me foi apresentado sua carta de examinasam requerendo me lbe registasse a qual lbe registei e tornei a entregar e de como a recebeu asinou e eu Bernardo Freire de Andrade e Brito escrivão da Camara que o escrevi. Domingos Velho”²⁴

A análise destes quadros permite-nos tirar várias ilações. Em primeiro lugar, verifica-se que há um elevado número de registos de carpinteiros e pedreiros. Logo, as respectivas corporações tinham certamente uma grande importância.

A grande maioria dos pedreiros do concelho era proveniente da freguesia de Moreira, como se vê na figura 1. Na nossa perspectiva, esta realidade pode ter uma explicação. As actividades mecânicas eram muitas vezes exercidas por vários membros da mesma família, e a arte do ofício era transmitida de geração em geração. Evidentemente, para provar a relação de parentesco dos artífices seria necessário consultar os registos notariais; contudo, o facto dos apelidos se repetirem permite especular sobre essa hipótese. Não deixa de ser relevante o facto de 39% dos pedreiros serem da mesma freguesia; tanto a coincidência onomástica como a do lugar de origem apontam nesse sentido. Além disso, as pedreiras do concelho estão localizadas precisamente nas quatro freguesias a que corresponde um maior número de registos.

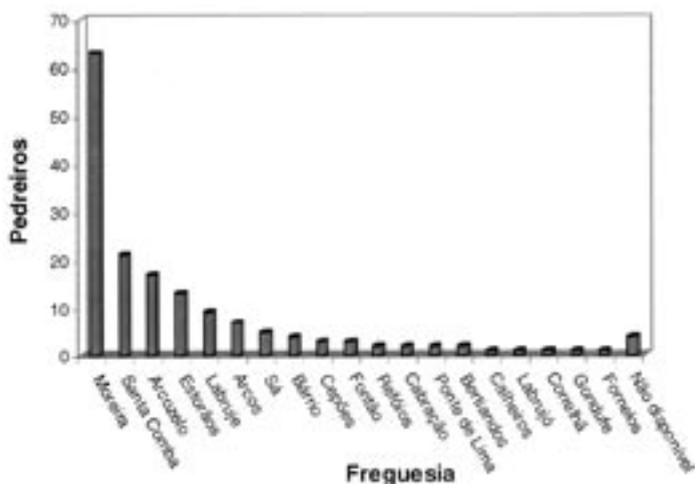


Figura 1 – Registo de inscrição de pedreiros por freguesia.

²⁴ Cf. A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral. Escrivão: BRITO, Bernardo Freire de Andrade e, 18/11/1685-19/6/1719, fls 5 v, (cota 2.1.3. cx5-1).

Por outro lado, o período de inscrição mais intenso foi sem dúvida a primeira metade do século XVIII, com especial ênfase para o final da segunda década, como se pode observar na figura 2. Corresponde certamente a um período de maior procura profissional, de crescimento económico na região e consequentemente de encomenda arquitectónica. Como já tinha sido apontado por Paula Cardona: “o maior número de obras de pedraria adjudicadas em Ponte de Lima se situa no período 1700-1800 e que, maioritariamente, os mestres pedreiros contratados para as obras eram naturais deste concelho, seguindo-se Viana do Castelo, Caminha e, para o mesmo período, Arcos de Valdevez e Barcelos.”²⁵

Relativamente aos registos de actividade dos carpinteiros, verifica-se uma distribuição regular ao longo do século e por freguesia. Em contrapartida, os ferreiros eram na sua grande maioria provenientes da freguesia de Arcozelo, e de outras freguesias próximas da vila.

Certamente que os oficiais e mestres inscritos na câmara não trabalhavam somente nas obras municipais ou nas promovidas pelas instituições religiosas. O que nos permite pensar que muitos trabalhariam para encomendadores particulares, sobretudo para aqueles que dispunham de uma situação económica privilegiada. Logo, acreditamos na participação destes profissionais na construção de muitas casas nobres da região, muito embora, não tenhamos contratos para o provar. Contudo, o facto de muitos destes artífices trabalharem para a câmara de Ponte de Lima, que por sua vez era administrada por membros das famílias titulares, conduz-nos a esta reflexão.

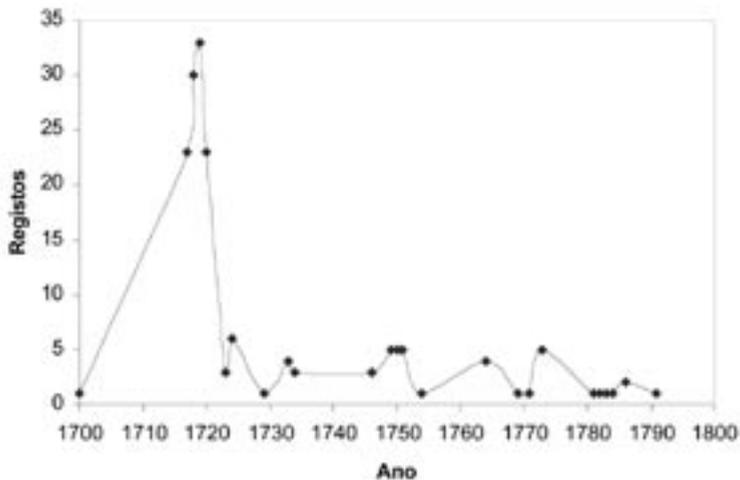


Figura 2 – Registo de actividade de pedreiros por ano.

²⁵ CARDONA, Paula Cristina Machado – *A Actividade Mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos Séculos XVII a XIX*. Porto: [s.n.], 2004. 3 vol. Tese de Doutoramento em História da Arte em Portugal apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (policopiada), p. 837.

3. OBRAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA DE PONTE DE LIMA NO SÉCULO XVIII

A câmara patrocinava as obras públicas que estavam directamente ligadas com o interesse colectivo da população da vila e das restantes freguesias do concelho²⁶. Contudo, a documentação prova que as preocupações urbanísticas e patrimoniais na vila eram mais exigentes. Questões como a segurança, a acessibilidade, a administração, a justiça e a manutenção da ordem eram prioritárias e estão na base da encomendada arquitectónica camarária²⁷. Nas restantes freguesias as obras visavam sobretudo as acessibilidades e o abastecimento de água, à excepção da freguesia de Arcozelo, que compartilha as margens do rio Lima com o núcleo urbano, e que sempre estabeleceu uma forte ligação com a vila²⁸. A ponte²⁹ foi desde sempre alvo de grande atenção, não só porque facilitava o contacto entre as duas margens, mas também porque por ali passava uma importante via que ligava Braga a Tui. A ponte (figura 3) foi “*o qualificativo de uma comunidade que com ela e por ela nasceu*”³⁰, tanto mais que a primeira freguesia de Ponte de Lima se chamava precisamente Santa Maria da Ponte.



Figura 3 – A ponte de Ponte de Lima.

A ponte sofreu várias intervenções, sobretudo no final da primeira metade do século XVIII, como se confirma no quadro sinóptico que apresentamos em anexo

²⁶ As obras públicas eram decididas em conselho de câmara, sendo depois apregoadas pelo porteiro camarário que divulgava a notícia. Os profissionais interessados na obra apresentavam o seu preço e condições. As diferentes propostas eram registadas em acta.

²⁷ As obras identificadas na consulta dos autos de vereação encontram-se coligidas no quadro nº 7 que se apresenta em anexo.

²⁸ Na freguesia de Arcozelo foram realizadas várias obras, por exemplo, a reedificação do Pórtico do Anjo da Guarda em 1771, que terá sofrido danos devido às cheias do rio Lima. Cf. Fonte: A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão:?, 22/10/1768-30/12/1771, fls. 117v-118, (cota 2.3.1.cx3-3).

²⁹ A ponte é considerada Monumento Nacional desde 1910.

³⁰ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0771-6. p. 12.

(quadro nº 8). As cheias frequentes do rio obrigavam à sua constante manutenção: *“Nesta apareceu João Manoel da freguesia de Santa Marinha morador no lugar de Faldegains galigo de nasam mestre pedreiro e por ele foi dito que lansava na obra da ponte que a cheia botou abaixo a torre velha a coal obra se obrigava a fazer na forma dos apontamentos por trinta mil reis para o que se puzeram editais e asinou aqui comigo Joam Barbosa Calheiros escrivam da camara que o escrevi.”*³¹

Outro edifício que foi alvo da constante preocupação camarária no século XVIII foi a Torre da Cadeia³² (figura 4).



Figura 4 – A Torre da Cadeia.

Esta resulta de vultosas obras de beneficiação feitas no reinado de D. Manuel I sobre uma das torres da muralha medieval: *“A primeira cadeia de Ponte de Lima situava-se junto ao Paço do Visconde, designada como “cadeia do castelo” ou “Alcantaria”. Considerada pequena para receber todos os presos da correição da comarca de Entre Douro e Minho, o rei D. Manuel I mandou construir uma nova cadeia, que ficou concluída em 1511.”*³³ As constantes referências às obras no edifício da cadeia revelam o cuidado que era posto na segurança e na afirmação da autoridade por parte das entidades públicas: *“Nesta se determinou fazer obra da cadeia mandando concertar e emmendar e fazer de novo o que fosse necessario nas grades de ferro da cadeia debaixo em ambas as ordens delas por estarem gastas do tempo todo o ferro que das ditas grades metia nas paredes e cortado parte delas por onde ja tinham fugido presos...”*³⁴

³¹ Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: CALHEIROS, João Barbosa, 28/8/1745-28/6/1749, fls 94, (cota 2.3.1.cx1-1).

³² A Torre da Cadeia é considerada Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 34 452, de 20 Março 1945.

³³ ESTEVES, Alexandra – *A morada indesejada: os presos da cadeia de Ponte de Lima 1732-1739*. Ponte de Lima: Edição da Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima, 2005. ISBN 972-9060-91-6. p. 15.

³⁴ Cf. 1775, Outubro, 7 – Ponte de Lima, A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: MORAES, Alexandre Botelho de, 3/8/1774-8/1/1781, fls 36-37v, (cota 2.3.1.cx4-1).

A pesquisa documental mostra ainda que a Igreja Matriz³⁵ (figura 5) também sofreu várias intervenções na segunda metade do século XVIII, quer de preservação, quer de obras que foram executadas de raiz, sobretudo no interior do templo: *“Nesta mandaram e requereram a sua Magestade que Deos guarde fosse cervido conseder provisam para se tirar do deposito dos bens de rais algum dinheiro para veneração da igreja matris desta villa por a camara não ter renda para mandar venerar preditamente nesesario nella como be consertar os orgaos por vidrassas nas ginellas do coro por dentro e por fora pintar o forro mulduras dos orgaos e pulpitos o que be tam preciso como para veneralo do tamposto (?) de Deos nosso Senbor.”*³⁶ Apesar de se tratar de um edifício religioso, a responsabilidade da manutenção da Igreja Matriz de Ponte de Lima pertencia à Câmara Municipal desde o século XVII: *“Num documento emanado do Arcebispado de Braga, datado de 1673, ficaram exactamente definidos os deveres que a Câmara passava a ter com a Matriz de Ponte de Lima”*.³⁷



Figura 5 – A Igreja Matriz.

Assim, uma parte significativa das obras promovidas pela câmara de Ponte de Lima na segunda metade século XVIII, traduz-se na manutenção e restauro dos edifícios medievais e tardo-medievais mais emblemáticos da vila, como é a ponte, o edifício da cadeia e a Igreja Matriz. Em 1755, foi ainda reerguido o pelourinho da

³⁵ Da traça românica da Igreja Matriz de Ponte de Lima já pouco resta, já que ela foi reconstruída em 1425 com o apoio de D. João I, que autorizou o derrube de algumas casas fronteiras, uma vez que, para a nova igreja, o espaço da anterior se mostrava acanhado. Contudo, a obra só foi concluída por volta de 1446, no período da regência de D. Pedro. No entanto, a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, com é vulgarmente conhecida, teve posteriormente várias campanhas de obras, nomeadamente no século XVI, tendo sido ampliada segundo o risco do pedreiro limiano Sebastião Afonso. Cf. SILVA, Maria Ifigénia L.E. da – Igreja Matriz de Ponte de Lima. Dissertação de Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s, n], 1971.

³⁶ Auto de vereação de 16 de Dezembro de 1750. Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: OLIVEIRA, Manuel Pães Gomes de, 20/6/1749-26/5/1751, fls. 150, (cota 2.3.1.cx1-2).

³⁷ CARDONA, Paula Cristina Machado – *Ob. Cit.*, p. 313.

vila³⁸: “Nesta se mandou se mandace levantar o pelourinho no mesmo sitio e forma em que estava dantes de cabir com inundaçãõ do rio be que para isso digo eu lhe pasase as ordens necessarias”.

Contudo, a grande obra da segunda metade do século XVIII foi sem dúvida a ampliação dos Paços do Concelho (figura 6).



Figura 6 – Paços do Concelho.

A primeira pedra terá sido lançada no dia 6 de Outubro de 1752, como nos informa o documento que transcrevemos: “Aos ditos seis dias do mes de Outubro se lancou a primeira pedra na obra do paço do concelho desta villa no dobro que para a parte do nacente se mandou fazer de novo por mandalo especial de sua Magestade que Deos guarde sendo juis de fora o Doutor Francisco de Atougia Bentencur Lira e espetor especial della com António Pereira Pinto de Araujo o Doutor Joseph Galvão de Faria a que asestirão tambem por empedimento dos vereadores atoais Manuel Pereira Castro e Caetano de Abreu Gondim e o procurador atoyal Manuel Pereira Pimenta commigo João Luís de Matos Villalobos e Lima escrivão da camara atoyal he para constar mandarão fazer este termo que comigo asinarão e também a vereação por não haver mais partes que requerecem eu João Luís de Matos Villalobos e Lima escrivão da camara o escrevi.”³⁹ No fim da Baixa Idade Média a casa da

³⁸Desconhecemos se o pelourinho que ainda hoje existe na margem esquerda do rio Lima é o mesmo que foi reerguido em 1755. Contudo, pelo auto de vereação datado de 4 de Janeiro, ficamos a saber que existia um antes de 1755, que a cheia do rio derrubou e que foi construído outro para o substituir. Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco de Attouguia Bettencourt de, 23/12/1753-29/12/1759, fls. 50 v (cota 2.3.1.cx 2-1). Sendo a localização a mesma, pensamos poder tratar-se do mesmo pelourinho, muito embora admitamos que possa ter sofrido intervenções posteriores. O pelourinho de Ponte de Lima é considerado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-Lei nº23 122, de 11 de Outubro de 1993.

³⁹Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco de Attouguia Bettencourt de, 25/4/1751-27/2/1754, fls. 75-75v, (cota 2.3.1.cx1-3).

câmara situava-se na esquina da Rua da Carniçaria⁴⁰, tratava-se de uma construção sobrada, onde se reuniam as reuniões de vereação. Deste edifício não restam vestígios. Entretanto, na Época Moderna foi construído um novo edifício, que tem sofrido várias campanhas construtivas até à actualidade. No entanto, a ampliação da segunda metade do século XVIII foi radical e prolongou-se por vários anos. O mestre da obra foi Pascoal Fernandes Lima, como nos informa o documento de 7 de Junho de 1752: *“Nesta aparece Pascoal Fernandes Lima mestre de obras do paço do concelho he por elle foi dito que tinha requerido se obrigarem os coreteiros do termo para que lhe chegassem a pedra para a obra que tinha rematado do paço do concelho he que eles repugnão e a vista do que mandarão que os coreteiros de jornal que vivem dese officio fossem constrangidos nos dias que ele lhe asinace a perfereirem o careto da obra aos mais caretos pagando lhe o mestre em continente cada caro conforme merecião he era eso nesta villa”*⁴¹. A obra foi longa, como se constata pela leitura da acta de 26 de Março de 1755: *“Nesta se mandou que visto o mestre das obras do passo do concelho não continuar nellas fosse notificado para no termo de oito dias retellar de tela seca a casa da camara e as mais que ja estão madeiradas para evitar o damno que se segue as paredes e as mesmas madeiras; penna de se não digo de se mandar fazer à sua custa e que o procurador do concelho actual fez elle ao Doutor Provedor todos os requerimentos necessarios para fazer prosseguir e concluir a dita obra como superemper digo com superintendete da dita obra em actenção de que a mais de cinco annos se arematou e não estar ainda concluida com prejuizo das funcoins publicas e não haver casas para fazer audiencias e vereacoens e aposentadorias e alem do consideravel damno que se segue a dita obra se segue tambem ode estarem os dinheiros para ella destinados parados huns nas maons dos depositarios outros ainda nas dos rendeiros pouco seguros e ariscados.”*⁴² As referências à obra de ampliação dos paços do concelho são constantes e reflectem a prioridade posta nesta obra, o que nos parece coerente, já que a casa do concelho é sem dúvida o símbolo material do poder concelhio e do seu espírito empreendedor. Aliás, pensamos que a gestão da câmara de Ponte de Lima na segunda metade do século XVIII foi de facto mais dinâmica, já que nos autos de vereação da primeira metade do século não são referidas obras de vulto. Curiosamente, o registo de actividade dos officios mecânicos é regular ao longo do século.

⁴⁰Vd. ANDRADE, Amélia Aguiar – Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima. *Ob cit.* P. 23-24.

⁴¹Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco Attouguia Bettencourt de, 25/4/1751-27/2/1754, fls. 81v (cota 2.3.1.cx1.3)

⁴²Cf. A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco de Attouguia Bettencourt de, 23/12/1753-29/12/1759, fls. 70 v, (cota 2.3.1.cx 2-1).

4. CONCLUSÃO

A documentação prova que a vida corporativa de Ponte de Lima no século XVIII era intensa, revelando dinamismo e crescimento social. Por outro lado, torna-se evidente que a economia era pujante, e que a encomenda arquitectónica patrocinada pela edilidade, apesar de ser significativa, não justificava por si só toda a actividade dos pedreiros, carpinteiros e ferreiros inscritos na câmara ao longo do século. Logo, é legítimo pensar que estes artífices trabalhavam para outros encomendadores, já que as taxas de desistência da actividade profissional são baixas relativamente ao número de activos. Não querendo forçar os resultados deste nosso exercício, e deixando outras hipóteses em aberto, acreditamos, no entanto, que muitos destes profissionais foram os autores e artífices de muitas casas nobres do concelho.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de concluir este artigo agradecendo às pessoas e entidades que nos apoiaram: à Dr.^a Cristiana Freitas e a Eduarda Varejão, pela inestimável colaboração durante a pesquisa documental no Arquivo Municipal de Ponte de Lima; à Câmara Municipal de Ponte de Lima, pela cedência das fotografias incluídas neste trabalho; ao Professor Doutor Jaime Ferreira-Alves, pelas sugestões e leitura crítica do texto; e ao Doutor Manuel Fernando Pereira, pelo apoio na formatação das tabelas e gráficos. Finalmente, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela bolsa de estudo (SFRH/BD/25099/2005).

FONTES MANUSCRITAS CONSULTADAS:

- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: MACHADO, Francisco de Andrade, 28/8/1745-28/6/1749, (cota 2.3.1.cx1-1).
- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: OLIVEIRA, Manuel Paes Gomes de, 20/6/1749-26/5/1751, (cota 2.3.1.cx1-2).
- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco Attouguia Bettencourt de, 25/4/1751-27/2/1754, (cota 2.3.1.cx1-3).
- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: LYRA, Francisco de Attouguia Bettencourt de, 23/12/1753-29/12/1759, (cota 2.3.1.cx 2-1).
- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: MALHEIRO, António Luís Pereira de, ??/1759-27/1/1766, (cota 2.3.1.cx 2-2).

- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: ?, 22/10/1768-30/12/1771, (cota 2.3.1.cx3-3).
- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: GAIO; Miguel Jácome Pereira, 30/12/1772-11/1/1775, (cota 2.3.1.cx3-4).
- A.M.P.T.L., Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: BERNARDES, António Lopes, 3/8/1774-8/1/1781, (cota 2.3.1.cx4-1).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: BARRETO, Manuel de Lima, 18/11/1685-19/6/1719, (cota 2.1.3. cx5-1).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: ROCHA, Miguel Pereira da, 16/9/1716-4/9/1719, (cota 2.1.3 cx1-3).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: PASSOS, Bernardo Pereira de, 9/2/1719-5/12/1805, (cota 2.1.3 cx6-2).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão:?, 5/5/1732-9/6/1734, (cota 2.1.4 cx2-1).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: MACHADO, Francisco de Andrade, 25/3/1746-27/12/1753, (cota 2.1.3 cx1-2).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: PAIS, [Gervásio de Almeida], 17/4/1762-7/12/1764, (cota 2.1.3 cx9-3).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: PAIS, Gervásio de Almeida, 14/12/1764-25/3/1770, (cota 2.1.3. cx9-2).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: MAGALHÃES, João Luís de Melo, 22/7/1767-14/4/1774, (cota 2.1.4 cx5-2).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Escrivão: SOTTOMAIOR, Gaspar Malheiro Pereira, 12/11/1781-10/9/1794, (cota 2.1.4 cx6-1).
- A.M.P.T.L., Livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escrivão: CALHEIROS, Nicolau Barbosa, 14/1/1728-25/6/1772, (cota 2.1.3 cx7-1).
- A.M.P.T.L., Carta Régia de D. João III, 1537, Fevereiro, 17 - Évora (cota 2.6.3 cx9-47).
- A.M.P.T.L., Carta Régia de D. João V, 1747, Dezembro, 9 - Lisboa (cota 2.6.3 cx8-37).

ANEXO: QUADROS SINÓPTICOS**1. JUÍZES DOS OFÍCIOS**

Ano	Nome	Ofício
1746	Mateus Fernandes Franco	Pedreiro
1746	Domingos de Matos	Pedreiro
1746	José Martins	Ferreiro
1748	Tomé Pereira	Carpinteiro
1750	Manuel Velho	Carpinteiro
1750	Manuel Gonçalves	Ferreiro
1752	Feliciano Alves	Pedreiro
1754	Adriano Rodrigues	Pedreiro
1758	José Pereira	Ferreiro
1758	Bento Dias	Carpinteiro
1760	Pedro Cerqueira	Pedreiro
1761	Manuel Francisco	Carpinteiro
1764	José Pereira	Ferreiro
1772	João Leite de Sampaio	Pedreiro
1772	Manuel Antunes	Carpinteiro
1778	António da Fonte	Pedreiro
1778	Leandro Francisco	Pedreiro
1779	João Lourenço	Pedreiro

2. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: PEDREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1700	Setembro	18	Domingos Esteves		Bárrio
1717	Fevereiro	13	António de Lima	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	13	Brás de Lima	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	13	António Alves		Moreira
1717	Fevereiro	13	João Moreira	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	16	Domingos Alves	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	16	Inácio de Matos	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	16	Sebastião Alves	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	16	Nicolau de Matos	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	16	Manuel Rodrigues	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	23	João de Magalhães	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	23	Manuel Alves	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	23	Romão Fernandes Tiçal	Oficial	Moreira
1717	Fevereiro	23	João Pinto	Oficial	Moreira
1717	Março	7	Manuel Moreira de Aguiar	Oficial	Moreira
1717	Março	7	Mateus Fernandes Franco	Oficial	Moreira
1717	Março	7	Suprione Fernandes Lima	Oficial	Moreira
1717	Abril	24	João de Araújo Franco	Oficial	Arcozelo
1717	Abril	24	António Fernandes	Oficial	Arcozelo
1717	Abril	24	Domingos Rodrigues	Oficial	Arcozelo
1717	Maio	1	Domingos Rodrigues	Oficial	Moreira
1717	Maio	1	Inácio de Matos	Oficial	Moreira
1717	Maio	1	Manuel Rodrigues	Oficial	Moreira
1717	Maio	1	Francisco Lopes	Oficial	Moreira

2. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: PEDREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1718	Março	18	Sebastião Lopes	Oficial	Moreira/Lameira
1718	Setembro	8	Manuel de Castro	Oficial	Santa Comba
1718	Setembro	11	João Rodrigues Lima	Oficial	Moreira
1718	Setembro	11	Domingos Pires	Oficial	Labrujó
1718	Setembro	29	Domingos Velho	Oficial	Santa Comba
1718	Setembro	21	João Rodrigues	Oficial	Santa Comba/Agra
1718	Setembro	26	João Esteves	Oficial	Bárrio
1718	Setembro	26	Pedro Esteves da Costa	Oficial	Estorãos
1718	Setembro	26	José Rodrigues	Oficial	Labruje
1718	Setembro	26	João Alves Rego	Oficial	Sá
1718	Setembro	26	Pedro Esteves da Costa	Oficial	Estorãos
1718	Outubro	10	Luís de Lima	Oficial	Labruje
1718	Outubro	23	João Dantas	Oficial	Santa Comba
1718	Outubro	24	Manuel Martins	Oficial	Labruje
1718	Outubro	24	Manuel de Lima	Oficial	Bertiandos
1718	Outubro	24	Caetano Afonso	Oficial	Bertiandos
1718	Outubro	24	João Rodrigues	Oficial	Santa Comba
1718	Outubro	24	Gaspar Fernandes	Oficial	Santa Comba
1718	Novembro	1	João da Rocha	Oficial	Arcos
1718	Novembro	7	Miguel Gonçalves	Oficial	Arcos
1718	Novembro	7	António Afonso	Oficial	Arcos
1718	Novembro	7	Lima Gonçalves	Oficial	Arcos
1718	Novembro	20	Domingos da Costa	Oficial	Moreira/Pé da Veiga
1718	Novembro	21	Manuel Fernandes	Oficial	Estorãos/M ^{es} Baixo
1718	Novembro	23	Domingos Francisco	Oficial	Labruje
1718	Dezembro	5	João Alvares	Oficial	Santa Comba
1718	Dezembro	7	João Gonçalves Salgado	Oficial	Estorãos
1718	Dezembro	8	Matias Trigueiro	Oficial	Estorãos
1718	Dezembro	27	Domingos Alves de Aguiar	Oficial	Estorãos
1718	Dezembro	30	João Alvares	Oficial	Santa Comba
1719	Janeiro	4	Manuel da Rocha	Oficial	Santa Comba
1719	Janeiro	7	Domingos Lopes	Oficial	Santa Comba
1719	Janeiro	8	Jacinto de Aguiar	Oficial	Estorãos
1719	Janeiro	10	Manuel Martins	Oficial	Arcozelo
1719	Janeiro	10	Francisco Martins	Oficial	Arcozelo
1719	Janeiro	10	Domingos Dias	Oficial	Arcozelo
1719	Janeiro	20	Gonçalo Fernandes	Oficial	Moreira
1719	Janeiro	20	Francisco de Passos	Oficial	Moreira
1719	Janeiro	20	Luís Pereira	Oficial	Moreira
1719	Janeiro	20	Sebastião Lopes	Oficial	Moreira
1719	Janeiro	30	Tomas Fernandes	Oficial	Moreira
1719	Fevereiro	13	António Velho	Oficial	Arcos
1719	Fevereiro	27	Domingos Fernandes	Oficial	Moreira
1719	Fevereiro	27	Pedro Barbosa	Oficial	Moreira
1719	Março	18	Pascoal Gonçalves da Mó	Oficial	Cepões
1719	Março	18	Sebastião Lopes	Oficial	Moreira
1719	Março	18	António Gonçalves	Oficial	Moreira
1719	Março	25	Adriano Rodrigues	Oficial	Arcozelo/Outeiro
1719	Abril	9	Francisco de Lima	Oficial	Arcozelo
1719	Abril	10	Lourenço Dias da Mó	Oficial	Cepões
1719	Maió	1	Pascoal Fernandes	Oficial	Santa Comba

2. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: PEDREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1719	Maio	7	Domingos Rodrigues	Oficial	Estorãos/Gafarim
1719	Maio	7	João Rodrigues Ferraz	Oficial	Refoios/Naseiros
1719	Maio	9	João Dias das Nelas	Oficial	Moreira
1719	Junho	21	Matias Pereira	Oficial	Fontão
1719	Junho	21	Domingos Gonçalves	Oficial	?
1719	Junho	25	João da Rocha	Oficial	Moreira
1719	Julho	2	Pascoal Rodrigues	Oficial	Sá
1719	Julho	31	Bento de Melo	Oficial	Moreira
1719	Setembro	25	João Fernandes	Oficial	Estorãos/Fontelo
1719	Outubro	23	Pedro Gonçalves	Oficial	Moreira
1719	Novembro	27	Domingos Rodrigues	Oficial	Estorãos
1719	Novembro	28	Pedro Lourenço	Oficial	Arcozelo/Mamoa
1720	Janeiro	29	Manuel Fernandes da Rasca	Oficial	Moreira/Canidelo
1720	Fevereiro	13	Matias Alvares	Oficial	Moreira
1720	Março	11	Domingos Rodrigues	Oficial	Moreira
1720	Março	26	Miguel Esteves	Oficial	Labruje
1720	Março	26	José da Costa	Oficial	Fontão
1720	Março	29	Manuel Rodrigues	Oficial	Arcozelo/Outeiro
1720	Abril	8?	Pedro Lopes	Oficial	Moreira
1720	Abril	8?	Pascoal Fernandes	Oficial	Moreira
1720	Abril	22	Francisco da Silva	Oficial	Moreira
1720	Maio	6	Manuel Fernandes	Oficial	Moreira
1720	Junho	3	Pedro Amado	Oficial	Fornelos
1720	Junho	17	Simão de Araújo	Oficial	Moreira
1720	Junho	25	Manuel Pereira	Oficial	Moreira
1720	Junho	26	Silvestre Rodrigues	Oficial	Sá
1720	Julho	1	Romualdo de Lima	Oficial	Labruje
1720	Julho	13	Domingos Lopes	Oficial	Calheiros
1720	Agosto	7	João Velho Prego	Oficial	Moreira
1720	Agosto	24	Pascoal Fernandes	Oficial	Moreira
1720	Setembro	28	José de Barros	Oficial	Santa Comba
1720	Setembro	28	António de Barros	Oficial	Santa Comba
1720	Outubro	8	António de Aguiar	Oficial	Santa Comba
1720	Dezembro	25	Luís de Araújo	Oficial	Moreira
1720	Dezembro	25	Baltazar António	Oficial	Calheiros
1723	Janeiro	15	Manuel Fernandes		Moreira
1723	Junho	5	Manuel Lopes	Oficial	Moreira/Felgueiras
1723	Junho	5	Mateus Fernandes		Moreira/Felgueiras
1724	Janeiro	6	João Moreira de Aguiar		Moreira
1724	Janeiro	10	Domingos de Passos	Oficial	
1724	Janeiro	10	João de Araújo	Oficial	
1724	Janeiro	20	Jorge de Aguiar	Mestre	Moreira
1724	Fevereiro	12	Domingos de Matos	Oficial	Moreira
1724	Fevereiro	12	Tome Alves	Oficial	Cabração
1729	Agosto	17	Mateus Fernandes Franco	Oficial	Moreira
1733	Agosto	12	Feliciano Alves	Mestre	Moreira
1733	Agosto	12	Inácio Francisco	Mestre	Moreira
1733	Agosto	29	Felício Lopes	Oficial	Moreira
1733	Novembro	21	António Martins		Estorãos
1734	Janeiro	21	Manuel de Barros	Oficial	Santa Comba
1734	Janeiro	23	Bartolomeu Rodrigues		Santa Comba

2. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: PEDREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1734	Janeiro	23	Manuel Alves		Santa Comba
1746	Março	20	João Alves da Silva		Barrio
1746	Março	20	Tomé Rodrigues		Labruja
1746	Julho	6	António da Fonte		Corrilhã/Campinho
1749	Agosto	10	Pedro Gonçalves		Bárrio
1749	Setembro	30	Custódio Cerqueira		Arcozelo/Outeiro
1749	Dezembro	12	Miguel de Lima		Moreira
1749	Dezembro	17	António Gonçalves Lima		Moreira
1749	Dezembro	29	António de Matos		Moreira/Roubão
1750	Junho	24	Jacinto Gonçalves		Cepões
1750	Junho	28	José Fernandes		Ponte de Lima
1750	Julho	4	António da Fonte		Barreiros?
1750	Novembro	1	João Rodrigues		Arcos/Sanjamondes
1750	Novembro	9	Francisco Martins	Mestre	Arcos
1751	Março	5	João Martins	Oficial	Estorãos
1751	Março	22	Manuel Lopes		Labruje
1751	Março	27	Francisco de Matos Prego		Moreira/Rifana
1751	Agosto	2	Roque António		Arcozelo/Antepaço
1751	Agosto	3	Agostinho de Lima		Arcozelo
1754	Julho	4	Manuel Luís Antunes		Arcozelo/Outeiro
1764	Julho	4	Jerónimo de Barros	Oficial	Arcozelo
1764	Julho	5	Manuel da Luz	Mestre	Santa Comba
1764	Julho	7	João Alves Campos	Mestre	Afife/ass. Pte Lima
1764	Julho	7	António Martins		Arcozelo
1769	Abril	24	Silvestre Calvo		Arcozelo/Faldejães
1771	Agosto	12	João Bento		Estorãos
1773	Março	6	António Rodrigues Correia		Santa Comba
1773	Março	6	Jerónimo Gonçalves		Santa Comba
1773	Julho	15	Domingos Martins Pereira		Estorãos
1773	Novembro	22	Francisco Mendes	Mestre	Refóios
1773	Julho	15	Domingos Martins Pereira		Estorãos
1781	Março	28	Jerónimo António		Santa Comba
1782	Setembro	25	João Gonçalves Castanheira		Fontão
1783	Setembro	1	Brás António	Mestre	Moreira
1784	Julho	19	Jerónimo Rodrigues		Sá
1786	Outubro	9	Paulo Rodrigues		Cabração
1786	Outubro	18	Francisco de Castro		Estorãos/Estivada
1791	Abril	3	João Luís		Gondufe

3. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: CARPINTEIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1702	Julho	24	Tomé Gonçalves		Ribeira
1703	Maio	14	João Esteves		Labruje
1703	Junho	5	João Dias		
1703	Junho	5	Marcos Vaz		
1714	Dezembro	10	Ventura Vaz Castinheira	Oficial	Ponte de Lima
1714	Dezembro	24	António Vaz		Ribeira/A ^{de} S. João
1717	Janeiro	7	Feliciano Alves		Serdedelo
1717	Janeiro	7	António Esteves		Serdedelo
1717	Março	10	Manuel Martins		Ribeira
1717	Dezembro	15	João Rodrigues	Oficial	Gemieira
1717	Dezembro	15	Jerónimo Ribeiro	Oficial	Gemieira
1718	Junho	16	Marcos Afonso		Cabração
1718	Agosto	22	Manuel Duarte		Serdedelo
1718	Agosto	29	Pascoal Velho		Fornelos
1718	Agosto	29	José Gonçalves		Fornelos
1718	Agosto	29	Pedro Fernandes		Fornelos
1718	Setembro	11	Gaspar Martins	Oficial	Fornelos
1718	Setembro	12	João Fernandes	Oficial	Serdedelo
1718	Setembro	12	Custódio de Araújo	Oficial	Serdedelo
1718	Setembro	12	Luís Fernandes de Belmonte	Oficial	Fornelos
1718	Outubro	18	Pedro Gonçalves	Oficial	Fornelos/Bouça
1718	Outubro	22	Pedro de Castro	Oficial	Bertiandos
1718	Novembro	1	Manuel Francisco	Oficial	Beiral do Lima
1718	Novembro	1	Manuel Fernandes	Oficial	Moreira/Pé da Veiga
1718	Novembro	1	Inácio Esteves	Oficial	Estorãos
1718	Novembro	1	Jacinto Gomes	Oficial	
1718	Novembro	2	António Luís	Oficial	Labruje
1718	Novembro	7	Sebastião de Araújo	Oficial	Ribeira
1718	Novembro	7	António Esteves	Oficial	Ribeira
1718	Novembro	8	Domingos Vieira	Oficial	Fornelos
1718	Novembro	21	Rafael Gomes	Oficial	Gandra
1718	Novembro	21	António Lopes	Oficial	Bertiandos
1718	Novembro	21	Silvestre Correia	Oficial	Fornelos
1718	Novembro	22	Pedro Gonçalves		Arcozelo/Outeiro
1718	Novembro	26	D ^{gos} Alves Felgueiras	Oficial	Moreira
1718	Dezembro	11	José Martins	Oficial	Fornelos
1718	Dezembro	11	Francisco Martins	Oficial	Bertiandos
1718	Dezembro	11	M ^{el} Fernandes de Almeida	Oficial	Fornelos
1718	Dezembro	15	Manuel Teixeira	Oficial	Refóios
1718	Dezembro	28	Domingos Francisco	Oficial	Fornelos
1718	Dezembro	29	Amaro Antunes	Oficial	Bárrio
1719	Janeiro	16	José Rodrigues	Oficial	Gemieira
1719	Janeiro	16	Francisco Rodrigues	Oficial	Arcozelo
1719	Fevereiro	13	António Lopes	Oficial	Ribeira
1719	Fevereiro	24	João Rodrigues Lima	Oficial	Refóios/Ferreiros
1719	Maio	8	Bartolomeu Esteves	Oficial	Labruje
1719	Junho	5	António Rodrigues	Oficial	Fontão
1719	Junho	8	António Fernandes	Oficial	Moreira
1719	Julho	11	Domingos Francisco	Oficial	Ribeira
1719	Julho	16	João Ribeiro	Oficial	Brandara
1719	Julho	17	Manuel de Fonseca	Oficial	Refoios

3. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: CARPINTEIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1719	Agosto	10	João Dantas	Oficial	Refóios/Lage
1719	Novembro	1	Manuel Pinto	Oficial	Gemieira
1719	Novembro	5	Domingos Rodrigues	Oficial	Ribeira/Castro
1719	Novembro	20	António da Costa	Oficial	Labruja
1719	Novembro	20	Vicente Domingues	Oficial	Fornelos/Trás Fonte
1719	Novembro	20	João Martins	Oficial	Fornelos/Casais
1719	Novembro	30	Pedro Martins	Oficial	Fontão
1719	Dezembro	4	Domingos de Matos	Oficial	Ribeira
1719	Dezembro	23	Francisco Soares	Oficial	Vilar do Monte
1720	Janeiro	29	João Mendes Rebousa	Oficial	Fontão
1720	Janeiro	29	João Afonso	Oficial	Vilar do Monte
1720	Fevereiro	3	Manuel Fernandes Ribeiro	Oficial	Fornelos
1720	Fevereiro	26	Paulo Martins	Oficial	Fornelos
1720	Fevereiro	26	Miguel Gonçalves	Oficial	Fornelos
1720	Março	7	Domingues Fernandes	Oficial	Fornelos
1720	Abril	7?	Manuel Gonçalves	Oficial	Fornelos/Casal
1720	Abril	22	Domingos Martins	Oficial	Calheiros
1720	Junho	25	Gabriel da Costa	Oficial	Ribeira/Talharezes
1720	Junho	25	Custódio de Araújo	Oficial	Serdedelo
1720	Junho	26	João Rodrigues	Oficial	Calheiros
1720	Agosto	26	Pedro Lourenço	Oficial	Arcos
1720	Setembro	21	António da Rocha	Oficial	Fornelos
1723	Junho	5	José Lopes	Oficial	?
1724	Fevereiro	12	António Alves	Oficial	Labruja
1727	Junho	22	Jerónimo Ribeiro	Oficial	Gemieira/Regueira
1730	Maio	29	Simão Alves		Refóios/Calvelo
1733	Julho	20	Domingos Fernandes	Oficial	Fornelos
1733	Julho	21	Domingos de Azevedo		Refóios
1734	Janeiro	4	Tomé Pereira		P ^{te} Lima/R. S. João
1734	Agosto	19	Luís Fernandes		Beiral do Lima
1735	Novembro	15	Francisco da Silva		
1735	Novembro	15	Agostinho Lopes		P ^{te} Lima/R. S. João
1749	Agosto	10	Silvestre Fernandes		Serdedelo
1749	Setembro	22	Domingos Martins		Fornelos/Picarouba
1749	Setembro	22	António Gonçalves		Fontão
1750	Abril	21	Francisco Gomes		Ribeira
1750	Julho	8	Sebastião Gomes		Santa Cruz
1750	Julho	14	Manuel Gomes		Beiral
1750	Setembro	1	José Fernandes		Fornelos
1750	Novembro	14	Manuel Alvares		Fornelos/Picarouba
1750	Novembro	14	António da Costa		Bárrio
1750	Novembro	29	António da Cunha		Ponte de Lima
1751	Janeiro	21	Bento Dias		Ponte de Lima
1751	Março	14	Francisco Dias da Costa		Ribeira
1751	Março	27	Manuel da Rocha de Matos	Oficial	Moreira
1751	Março	28	Francisco Gomes		Fornelos
1751	Março	28	Manuel Lopes		Fornelos
1751	Abril	17	Agostinho Fernandes		Fornelos
1751	Agosto	12	João Pinto Barreiro		Beiral Lima/Sourro
1751	Agosto	13	João de Deus Pereira	Oficial	Ponte de Lima
1751	Agosto	13	Manuel Pereira	Oficial	S ^{to} Rebordões/ Pedrido

3. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: CARPINTEIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1764	Julho	1	António José de Aguiar		Moreira
1764	Julho	11	Francisco Gonçalves		Fornelos/Grelido
1765	Janeiro	17	Manuel Rodrigues da Rocha		Ribeira
1766	Junho	14	Manuel Gonçalves		Ribeira
1768	Julho	10	Manuel Rodrigues		Calheiros
1768	Julho	19	Manuel Alves		Brandara
1770	Março	25	José António		Arcozelo/Outeiro
1770	Março	25	Francisco Pereira		Arc.o/A ^{de} além ponte
1773	Fevereiro	20	Francisco Luís		Cabração
1773	Fevereiro	22	António Rodrigues		Refoios
1775	Janeiro	19	Lourenço José Rodrigues		Ponte de Lima
1775	Abril	24	Francisco Luís	Mestre	Moreira
1776	Abril	2	Manuel de Matos	Oficial	Ribeira
1776	Dezembro	17	António Francisco	Oficial	Ribeira/Crasto
1777	Janeiro	20	António Luís Fernandes		Moreira/Cachada
1777	Abril	7	José Alvares da Costa		Moreira
1779	Março	3	Manuel Carelos		Bárrio
1779	Maio	18	João de Deus		Vilar ?
1779	Maio	28	José Rodrigues	Oficial	
1780	Janeiro	7	Serafim José António de Matos		Sá
1780	Janeiro	25	João Francisco de Oliveira	Oficial	Ribeira
1780	Janeiro	29	João Antunes	Oficial	Ribeira
1780	Janeiro	29	João Dantas	Oficial	Ribeira/Crasto
1780	Janeiro	29	Manuel de Matos	Oficial	Fornelos
1780	Janeiro	29	José de Matos	Oficial	Fornelos
1780	Janeiro	30	Bento José		Fornelos
1780	Fevereiro	19	Francisco Rodrigues Esteves		Labrujo
1780	Março	15	José Luís Francisco da Silva		Serdedelo
1780	Abril	1	Manuel Alves Lima		Moreira
1780	Junho	1	José Manuel		Serdedelo
1780	Junho	1	José Silva		Arcozelo
1780	Julho	19	José da Costa		Beiral do Lima
1782	Setembro	22	João de Matos		Ribeira
1782	Setembro	25	António José Pereira		Moreira
1782	Setembro	26	José Joaquim		Ponte de Lima
1782	Outubro	3	António da Fonte		Correlhã
1782	Outubro	12	Francisco José		Ribeira
1784	Janeiro	4	Manuel José		Correlhã
1784	Janeiro	4	Manuel Francisco de Oliveira		Ribeira/Castinheira
1784	Fevereiro	10	Domingos José Rodrigues		P ^o Lima/R. S. João
1784	Fevereiro	13	Francisco José da Cunha		Correlhã
1785	Dezembro	26	António José Monteiro		Ribeira/Talharezes
1786	Março	11	Manuel José		Gondufe/Sequeiros
1787	Janeiro	14	Lourenço Manuel da Cunha		
1788	Maio	14	Custódio José		Correlhã
1789	Julho	30	João da Costa		Correlhã
1789	Julho	5	Francisco José Cerqueira		
1789	Outubro	10	João da Costa		Moreira
1789	Outubro	20	José Luís		Moreira
1790	Março	11	Francisco Ferreira		
1790	Abril	22	Manuel Bento		Refóios

3. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: CARPINTEIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1790	Abril	28	Manuel Pereira		Ribeira
1790	Junho	5	António José Lopes		Gandra
1790	Setembro	15	João Soares		Ribeira
1790	Setembro	19	Gabriel António Cerqueira		Refóios
1790	Setembro	21	José Luís		Gemieira
1790	Outubro	9	Manuel Joaquim Ferreira		Ribeira
1790	Novembro	4	Boaventura José		Santa Comba
1791	Março	28	José Luís de Abreu		Fornelos
1791	Março	30	António José Matos		Sá
1791	Abril	4	Damião Lourenço de Melo		Moreira
1791	Abril	4	Diogo Luís de Amorim		Refóios
1791	Abril	20	José António		Ribeira
1791	Abril	30	João Rodrigues		Calheiros
1791	Agosto	13	João de Deus Pires		Correlhã/Barrô
1791	Outubro	5	José de Araújo		Fornelos
1791	Dezembro	8	João Luís de Lima		Feitosa
1792	Janeiro	2	Manuel ...?....		Fornelos
1792	Julho	9	José da ...?.		Gandra
1794	Março	10	João Luís de Sousa		Arcozelo/A ^{de} além ponte
1794	Junho	13	Manuel Alves		Cepões
1794	Outubro	7	José Fernandes		Moreira/Felgueiras
1794	Outubro	7	Pedro José de Sousa		Sá
1795	Fevereiro	26	António José Rodrigues		Refóios
1795	Março	12	José Luís		Rendufe
1795	Outubro	15	Luís Ferreira		P ^{te} Lima/R. do Arrabalde
1795	Abril	19	Francisco Velho		Correlhã
1795	Abril	19	Francisco da Silva Ribeiro		Brandara

4. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: FERREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1714	Junho	10	Pascoal de Lima		Ribeira/A ^{de} S. João
1717	Fevereiro	10	Pedro Fernandes	Oficial	Arcozelo
1717	Fevereiro	10	Luís Correia	Oficial	Arcozelo
1717	Fevereiro	12	Domingos Gonçalves	Oficial	Ribeira
1717	Abril	24	José da Costa	Oficial	Arcozelo
1717	Abril	24	Agostinho Barbosa	Oficial	Arcozelo
1718	Abril	25	Domingos Correia Pinto		Gandra/Hospital
1719	Junho	11	Francisco Pereira	Oficial	Labrujô
1719	Junho	23	Domingos Rodrigues	Oficial	Arcozelo/A ^{de} além ponte
1720	Maiο	30	Lourenço da Costa	Oficial	Arcozelo/Faldejães
1727	Agosto	31	Domingos Pereira		Arcozelo/A ^{de} além ponte
1727	Setembro	10	Domingos de Abreu	Oficial	Arcozelo/A ^{de} além ponte
1727	Setembro	14	João Gomes	Oficial	Arcozelo/A ^{de} além ponte

4. REGISTO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL: FERREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1728	Agosto	6	Manuel Antunes	Oficial	Arcozelo/A ^{de} além ponte
1733	Agosto	12	José Martins	Oficial	Ribeira/A ^{de} S. João
1733	Agosto	29	Francisco Rodrigues		Arcozelo/Faldejães
1749	Agosto	10	João Esteves		Rendufe
1749	Agosto	18	António Gomes	Oficial	Gandra
1749	Agosto	29	Luís da Costa	Oficial	Labruje
1749	Setembro	22	José Fernandes da Costa		Arcozelo/A ^{de} além ponte
1750	Abril	19	Manuel da Costa		Arcozelo/A ^{de} além ponte
1750	Abril	19	Manuel da Cunha		Arcozelo/Faldejães
1750	Abril	30	Luís Correia		Arcozelo/N ^a S. da Luz
1750	Maio	2	José Martins		Arcozelo/A ^{de} além ponte
1750	Junho	2	António Alves		Gandra
1750	Julho	4	Francisco Pereira	Mestre	Arcozelo/Faldejães
1751	Março	28	Luís Rodrigues		S ^{ta} Comba/Rego do Azar
1764	Janeiro	20	José da Costa		Arcozelo/Faldejães
1769	Março	3	Manuel Fernandes da Costa		Arcozelo/A ^{de} além ponte
1770	Março	25	José da Costa		Arcozelo/Faldejães
1772	Abril	6	João da Cunha		Labruje
1774	Maio	9	António Fernandes Carvalhosa		Fornelos
1774	Agosto	15	Feliciano Ferreira		
1776	Abril	6	Inácio José da Cunha		Cepões
1776	Abril	6	Fernando Loureiro	Mestre	Arcozelo/Outeiro
1776	Maio	15	Manuel da Costa	Oficial	Labruje
1776	Maio	20	Manuel da Costa	Oficial	Labruje
1776	Novembro	22	Manuel Pereira		Arcozelo
1782	Setembro	25	João da Costa		Arcozelo
1782	Outubro	2	Bento José Barbosa		Ponte de Lima
1783	Março	3	Fran ^{co} António da Costa		Ponte de Lima
1785	Fevereiro	28	António José		Ribeira
1785	Abril	4	António de Matos		Ribeira
1785	Abril	7	Custódio da Costa Pires		Corrilhã
1785	Abril	7	António José Martins		Sá
1786	Janeiro	11	João Gonçalves		Brandara/Barrosa
1791	Abril	26	António José		Fornelos
1793	Abril	18	Manuel José Barbosa		P ^{te} Lima/R. do Chafariz

5. REGISTO DA DESISTÊNCIA DA ACTIVIDADE: PEDREIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1720	Dezembro	16	António Martins		Moreira/Canidelo
1746	Julho	9	José Afonso		Fontão/Remédios
1748	Março	18	Fernando da Rocha		Sá
1748	Junho	27	Félix Esteves		Fontão
1749	Julho	26	Manuel da Rocha		Ponte de Lima
1749	Dezembro	29	João da Rocha		Sá
1750	Outubro	26	Francisco Luís Alves		Moreira
1752	Outubro	11	João Dias		Moreira
1753	Dezembro	30	Domingos Rodrigues		Moreira
1754	Fevereiro	27	Francisco Gonçalves		Arcos
1754	Fevereiro	28	Bernardo Alves		Estorãos
1754	Julho	29	Manuel Gonçalves		Arcos
1756	Julho	24	Tomás Francisco		Ribeira
1760	Maio	10	Francisco da Costa		Fontão
1760	Maio	10	João Martins Pires		Fontão

6. REGISTO DA DESISTÊNCIA DA ACTIVIDADE: CARPINTEIROS

Ano	Mês	Dia	Nome	Função	Freguesia/Lugar
1746	Janeiro	19	Pascoal Velho		Fornelos
1746	Junho	4	Luís velho		Fornelos
1747	Novembro	4	António Vaz		Ribeira/ A ^{de} S. João
1748	Abril	27	Domingos Martins		Sá
1748	Junho	27	Domingos Francisco		Ribeira
1749	Julho	15	João da Costa		Santa Cruz/Luou
1749	Agosto	4	João Dantas		Beiral Lima/L. da Torre
1749	Agosto	13	Francisco Monteiro		Ribeira
1749	Agosto		Domingos Gonçalves		Fornelos
1750	Janeiro	24	João...		Arcozelo/Faldejães
1750	Julho	2	Diogo de Araújo		Gandra/Corujeira
1750	Agosto	3	Dantálico Pereira		Fornelos
1750	Julho	11	Custódio Martins		Fornelos/Urjal
1751	Fevereiro	3	António Mendes		Santa Cruz/Luou
1751	Março	2	Francisco Lourenço Alves Pinto		Moreira
1751	Março	4	José Dias		Fornelos/Areal
1751	Março	19	Francisco Gonçalves		Fornelos/Ventoso
1751	Abril	1	João Rodrigues Cordeiro		Gemieira
1752	Junho	3	Manuel Gomes		Gandra
1752	Novembro	4	António de Oliveira		Fornelos
1753	Junho	17	Manuel Mendes		Gandra
1753	Julho	30	Pascoal Pereira		Moreira
1754	Julho		Manuel Magalhães Matos		Moreira
1759	Dezembro	5	Leandro Martins		Estorãos

7. OBRAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA DE PONTE DE LIMA

Ano	Mês	Dia	Obras	Mestre
1747	Abril	3	Cadeia	
1747	Julho	5	Ponte	Pascoal Fernandes
1747	Julho	5	Ponte	Matias António de Sampaio
1747	Julho	5	Ponte	José Barros
1747	Julho	5	Ponte	João Manuel
1747	Julho	29	Ponte	João Manuel
1747	Agosto	2	Ponte	Pascoal Fernandes
1747	Setembro	23	Chafariz/canos	Manuel da Rocha
1750	Dezembro	16	Igreja Matriz	
1752	Maiο	27	Fonte da vila	
1752	Maiο	31	Fonte da vila	
1752	Junho	7	Paços do Concelho	Pascoal Fernandes Lima
1752	Agosto	26	Cadeia	
1752	Outubro	6	Paços do Concelho	
1754	Junho	15	Cadeia	Leandro Gomes
1754	Junho	31	Cadeia	
1754	Agosto	14	Calçada do Pinheiro	Manuel Simões
1754	Setembro	14	Paços do Concelho	
1755	Janeiro	4	Pelourinho	
1755	Março	26	Paços do Concelho	
1755	Abril	19	Paços do Concelho	
1755	Julho	20	Ponte	
1755	Agosto	21	Cais de N. Senhora da Guia	
1755	Novembro	5	Cais de N. Senhora da Guia	
1756	Fevereiro	7	Igreja Matriz	
1756	Fevereiro	7	Chafariz	
1756	Fevereiro	7	Ponte	
1756	Março	17	Cais de N. Senhora da Guia	
1756	Agosto	14	Cadeia	
1756	Outubro	2	Casas do H. S. João de Deus	
1756	Outubro	30	Fonte de S. António	
1756	Novembro	17	Ponte de Castro	
1756	Dezembro	11	Paço do Concelho	
1756	Dezembro	11	Calçada do chafariz	
1756	Dezembro	20	Calçada do chafariz	
1757	Janeiro	12	Calçada do chafariz	
1757	Janeiro	19	Calçada do chafariz	
1757	Março	16	Paços do Concelho	
1757	Março	21	Ponte	
1757	Março	22	Igreja Matriz	
1757	Maiο	4	Cadeia	
1757	Maiο	18	Paço do Concelho	
1757	Maiο	18	Chafariz	
1757	Junho	18	Paços do Concelho	Pascoal Fernandes
1757	Julho	13	Calçada chafariz, F ^{te} Pinheiro	
1757	Julho	23	Paços do Concelho	Tomás de Araújo
1758	Abril	22	Paços do Concelho	
1758	Abril	27	Paços do Concelho	
1758	Maiο	31	Calçada de Castro	
1758	Outubro	25	Cais do Arquinho	

7. OBRAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA DE PONTE DE LIMA

Ano	Mês	Dia	Obras	Mestre
1759	Outubro	10	Paços do Concelho	
1759	Novembro	10	Igreja Matriz	
1760	Agosto	22	Ponte	
1760	Agosto	30	Igreja Matriz	
1761	Abril	4	Ponte	
1762	Março	7	Paços do Concelho	
1762	Março	7	Cadeia	
1762	Maio	5	Paços do Concelho	
1764	Abril	4	Ponte	
1764	Abril	4	Cadeia	
1764	Abril	4	Chafariz	
1771	Maio	22	Pórtico do Anjo da Guarda	
1772	Julho	29	Chafariz	
1773	Junho	12	Ponte	Manuel Luís da Cunha
1773	Julho	24	Cadeia	
1773	Agosto	12	Chafariz	Manuel Luís da Cunha
1773	Dezembro	31	Chafariz	Manuel Luís da Cunha
1774	Janeiro	5	Arruamento	
1774	Agosto	13	Chafariz/canos/arruamentos	Manuel Luís da Cunha
1775	Outubro	7	Cadeia	

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento n.º 1

1746, Março, 20 – Ponte de Lima

Carta de eixame João Alves da Silva

“Dis João Alves da Silva da freguesia de Sam Miguel do Barrio deste termo que ele suplicante esta exercendo o officio de pedreiro no qual se quer examinar pelo juiz do officio para se lhe pasar sua carta de eixame na forma dos acordaos pede assim seja servido mandar que o juis do officio o examine e achando o suplicante capas lhe passe certidam e com ela o escrivam da camara lhe pase certidame com ela o escrivam da camara lhe passe sua carta de exame e vossa merce despacho. O juis do officio satisfaca ao que o suplicante requer. Machado. Certifico eu Mateus Fernandes Franco da freguesia de Santa Comba do termo de Ponte de Lima juis do officio de pedreiro que pelo juramento que tomei achei capas a João Alves da Silva do Lugar e freguesia do Barrio do mesmo termo de Ponte de Lima digo o achei capas de puder uzar o officio de pedreiro e abrir seu portal e trazer seus obreiros e tudo o mais pertencente a dita arte de aquitatura em toda a parte do risco das sinco das cinco ordens e por assim ser verdade lhe passei esta por minha mão propria e asinei hoje 20 do mes de Marso de 1746 anos do juis do officio Mateus Fernandes Franco Filgueiras. Mateus Fernandes Franco Filgueiras hua crus.

O Doutor Francisco de Andrade de Machado juis de fora com alsada por sua Magestade nesta villa de Ponte de Lima e seu termo e vereadores procurador digo da camara e procurador do concelho juntos em camara fazemos saber a todos os senhores doutores corregedores provedores e ouvidores juizes e mais justisas ofeciais e pessoas della aqueles a quem parante quem e cada hum dos coais esta nosa carta de centesa de eizeminasam em forma for apresentada e seu devido efeito he inteiro comprimento della se pedio e requerem como estando nos em camara em ato de vereasam que no paso do concelho fazemos ao som da campa tangida como he antigo custume as partes que nos requeriam ahi em a mesma camara nos enviou a dizer por sua petisam João Alves da Silva da freguesia de Sam Miguel do Barrio deste termo de Ponte de Lima official de pedreiro que ele suplicante se queria hezeminar do seu officio para uzar dele e se lhe passar carta na forma do costumada portanto nos pedio fossemos cervidos mandar por noso despacho que o juis do dito officio ho eizeminase e achando o capas se lhe pasase sua carta e receberia justisa e mesce. Segundo que tudo assim se continha na dita petisam que sendo me com efeito apresentada em ella por meu despacho mandei que o juis do officio eizaminase ao suplicante e pasase carta na forma que pedia Ponte de Lima vinte e tres dias de Marso de mil stecentos e coarenta e seis annos. Machado. Segundo que todo isto assim se continha em officio meu despacho que sendo assim por mim dado escrito e asinado em seu comprimento logo foi o mesmo suplicante eizeminado pello juis do mesmo officio do juramento

consta pasou o dito juis a certidam da forma he o teor seguinte certifico eu Mateus Fernandes Franco da freguesia de Santa Comba do termo de Ponte de Lima juis do officio de pedreiro que pelo juramento que tomei achei capas a João Alves da Silva do lugar e freguesia do Barrio do mesmo termo de Ponte de Lima digo o achei capas de poder usar do officio de pedreiro e abrir seu portal e trazer seus obreiros e tudo o mais pertencente a dita arte de arquitetura em toda a parte do risco das cinco ordeins a por assim ser verdade lhe passei esta por minha mão propria e asinei hoje vinte do mes de Marso de mil setecentos e corenta e seis annos do juis do officio Mateus Franco Fernandes Filgueiras. Segundo o que assim se continha em a dita certidam do mesmo juis do officio de pedreiro que sendo assim por elle dada e pasada ao mesmo suplicante e vista a certidam se lhe mandou dar e pasar ao dito suplicante João Alves da Silva a presente que se comprira e goardar assim da maneira que em ella he conteudo he declarado e por esta nosa presente carta avemos por eizeminado ao dito suplicante tido avido e reputado por pedreiro o que huins e outros asim compriram he al não facão dada nesta dita villa de Ponte de Lima por nos asinada e selada com o selo desta camara que ante nos serve e sem ela valha como se alvara aos vinte e tres dias do mes de Marso de mil setecentos e corenta e tres annos e eu Joam Barbosa Calheiros escrivam da camara o escrevi.”

Francisco de Andrade Machado

